Aula 7

A UNIFICAÇÃO ITALIANA

META

Analisar a unificação da Itália no contexto do movimento nacionalista que grassou na Europa oitocentista

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Examinar os fatores que favoreceram a centralização política das cidades-estados italianas;
Investigar a relação entre a onda revolucionária de 1848 e a vitória da unidade nacional no ano de 1870;
Analisar o papel do Piemonte na condução da luta pela unificação da Itália

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

"O movimento das nacionalidades, no século XIX, é contraditório. Segundo o cientista político François Châtelet,"a ideologia nacionalista, decerto, é bem anterior ao século XIX. Mas foi durante esse período que a Nação passou a ser tomada como tema de análise e de reflexão, e que foi erigida em argumento destinado a justificar um tipo de poder. É difícil distinguir, nela, o que pertence à concepção política e o que resulta do espírito da época, expresso nas obras literárias e movimentos populares".

Tal movimento esteve presente em todo o continente europeu, fornecendo o arcabouço ideológico das unificações italiana e alemã, ocorridas quase ao mesmo tempo.

No caso italiano, a unificação ocorreu entre 1850 e 1870. Em 1848, aproveitando-se da onda liberal que varreu a Europa, houve levantes em várias regiões italianas dominadas pela Áustria, reprimidos com violência.

Desde o seu início, a luta pela unificação dividiu-se em duas correntes. Uma, de caráter liberal-republicano, representada pelos grupos "Jovem Itália" e "Camisas-Vermelhas", outra, de caráter monarquista, defendida pelo grupo "Risorgimento", organizado pelo primeiro-ministro do Piemonte, Cavour. A este último grupo se uniram a burguesia e os latifundiários que impuseram os limites da unificação italiana, conservando a estrutura sócio-econômicado Estado italiano.

Já na Alemanha, a unificação foi direcionada pela Prússia, num movimento claramente "de cima para baixo", contando com o apoio da nobreza junker e da burguesia e afastando completamente os setores populares. A unificação foi completada em 1871, após a vitória sobre os franceses na Guerra Franco-Prussiana. Esta guerra não assinala apenas o momento da unificação. Marca também, profundamente, o inconsciente coletivo da população francesa, vindo a se constituir, naquele país, um forte sentimento nacionalista e revanchista, que explodirá no início do século XX". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 73).

CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DAS NACIONALIDADES

René Rémond

"O texto do prof. René Rémond sobre o movimento das nacionalidades nos apresenta um dos elementos que, segundo ele, "delineia a trama da história política e social do século XIX". A esse movimento, Rémond acrescenta o liberalismo, a corrente democrática e o socialismo, como também delineadores. Entretanto, o autor observa que o fato nacional se sobrepõe, pois é contemporâneo dos três, simultaneamente, estendendo-se por um

longo período e também porque diz respeito a vários países. Os problemas relativos à nacionalidade apontados no texto são extremamente significativos para a compreensão das origens dos conflitos mundiais do século XX.

Esse fenômeno, formado de elementos tão diversos, tira sua unidade do fato nacional. A Europa justapõe grupos linguísticos, étnicos, históricos, portanto, de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações. Assim como o movimento operário europeu nasceu ao mesmo tempo de uma condição social, que constitui o dado objetivo do problema, e de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades supõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de que se faz parte dessas nacionalidades. O fenômeno, portanto, não conta como força, não se torna um fator de mudança senão a partir do momento em que passa a se integrar no modo de pensar, de sentir, em que passa a ser percebido como um fato de consciência, um fato de cultura.

Como tal, ele interessa a todo ser, ele se endereça a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi em parte obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuem para o renascer do sentimento nacional; graças aos linguistas, filólogos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, apuram-nas, conferem-lhes suas cartas de nobreza; graças aos historiadores, que procuram encontrar o passado esquecido da nacionalidade; graças aos filósofos políticos (a ideia de nação constituía o centro de alguns sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez mais ainda do que a inteligência, e é como tal que ele se transforma numa força irresistível, que ele provoca um impulso.

Enfim, ele faz com que intervenham interesses e nele encontramos as duas abordagens, a ideológica e a sociológica, conjugadas. Com efeito, os interesses entram em ação quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apela para o excesso de particularismos, para a realização da unidade. É assim que devemos encarar o lugar do Zollverein na unificação alemã. Na Itália, é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, pois vê nessa ideia a possibilidade de um mercado maior e de um nível de vida mais elevado.

Desse modo, na origem desse movimento das nacionalidades, confluem a reflexão, a força dos sentimentos e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente, e é justamente essa interação que constitui a força de atração da ideia nacional, pois, dirigindo-se ao homem em sua integridade, ela pode mobilizar todas as suas faculdades a serviço de uma grande obra a ser realizada, de um projeto capaz de despertar energias e de inflamar os espíritos (...).

Enquanto o domínio do liberalismo fica por muito tempo limitado à Europa Ocidental, todos os países – ou quase todos – conheceram crises ligadas ao fato nacional, mesmo aqueles nos quais a unidade era resultado de uma história várias vezes secular. Quase todos se encontram às voltas com problemas de nacionalidade: a Grã-Bretanha, com o problema da Irlanda,

que se torna cada vez mais grave, transformando-se num problema interno dramático; a França, com a perda da Alsácia-Lorena em 1871, conserva até a guerra de 1914 a nostalgia das províncias perdidas; a Espanha, onde o regionalismo basco, o particularismo catalão entra em luta com a vontade unificadora e centralizadora da monarquia.

Se isso acontece no que respeita aos países da Europa ocidental, onde a unidade nacional é antiga, ocorre com muito mais razão quando nos deslocamos para o leste, onde as fronteiras ainda são instáveis, onde a geografia política ainda não tomou forma definitiva, onde as nacionalidades estão à procura de si mesmas e em busca de expressão política. A Itália e a Alemanha, para as quais o século XIX é o século de sua futura unidade, a Áustria-Hungria, os Balcãs, o Império Russo, com as províncias alógenas que resistem à russificação, têm problemas de nacionalidade. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos estão às voltas com problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com a guerra dos ducados em 1862, a Suécia, que se desmembra em 1905, a Noruega, com sua luta pela secessão. Fora da Europa, podemos mencionar o nacionalismo dos Estados Unidos; os movimentos da América Latina; o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização; a China, onde a revolta dos boxeres, em 1900, constitui um fenômeno nacionalista.

O fato nacional, portanto, aparece em escala mundial e não constitui sua menor singularidade o fato de esse movimento, que representa a afirmação da particularidade, constituir-se talvez no fato mais universal da história. Ele está presente na maioria das guerras do século XIX. Trata-se de uma característica que diferencia as relações internacionais anteriores e posteriores a 1789. Na Europa do Antigo Regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de origem dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente à mudança da soberania da pessoa do monarca para a coletividade nacional. As guerras da unidade italiana, da unidade alemã, a questão do Oriente, tudo isso procede da reivindicação nacional (...).

A ideia nacional, por sua necessidade de se associar a outras ideias políticas, de se amalgamar com certas filosofias, pode entrar, por isso, em combinações diversas, que não são predeterminadas. A ideia nacional pode se dar bem, indiferentemente, com uma filosofia de esquerda ou uma ideologia de direita. Aliás, entre 1815 e 1914, o nacionalismo contraiu aliança com a ideia liberal, com a corrente democrática, muito pouco com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, embora, entre as duas guerras, delineiem-se acordos imprevistos entre a ideia socialista e a ideia nacionalista. Essa espécie de indeterminação do fato nacional, essa possibilidade de celebrar alianças de intercâmbio, explicam as variações de que a história nos oferece mais de um exemplo. Elas explicam, notadamente, que existiam dois tipos de nacionalismo, um de direita e outro de esquerda; um mais aristocrático, outro mais popular: o primeiro, de tendências conservadoras e tradicionalistas,

escolhe seus dirigentes e seus quadros entre os notáveis tradicionais: o segundo visa à democratização da sociedade e recruta seu pessoal nas camadas populares".(Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 74/76).

A REVOLUÇÃO NA PENÍNSULA ITÁLICA

"A Península Itálica era dividida em vários Estados, independentes entre si e dominados por governos centralizados, daí as revoluções de 1848, nessa região, terem tido um caráter liberal e fortemente nacionalista, visando à independência e à unificação.

O Congresso de Viena havia estabelecido, em 1815, a seguinte divisão da Península Itálica: no sul, o Reino das Duas Sicílias, governado pela família Bourbon; no centro, os Estados Pontifícios, sob a tutela do papa; mais ao norte, os principados de Módena, Parma e Toscana, governados por príncipes austríacos; a nordeste, Lombardia e Veneza ficavam sob o domínio direto do Império Austro-Húngaro; na parte noroeste, o Reino do Piemonte-Sardenha.

Contra a descentralização e o absolutismo, organizaram-se diversos movimentos: a Jovem Itália, que visava à unificação italiana sob regime republicano e a liderança de Giuseppe Mazzini; os Camisas Vermelhas, republicanos com maior penetração no sul, comandados por Giuseppe Garibaldi; e o Risorgimento, formado pela alta burguesia do Piemonte, partidária de uma monarquia liberal, e liderado pelo conde Camilo Cavour.

Em 1848, uma rebelião popular no sul da Península Itálica obrigou Fernando II, monarca do Reino de Nápoles, a jurar uma Constituição liberal. A partir daí, a revolução alastrou-se para os Estados Pontifícios, a Toscana e o Piemonte (local em que era forte a ideia de uma Península Itálica unificada), onde a população impôs constituições aos governantes.

A queda do primeiro-ministro Metternich em Viena incentivou os patriotas de Veneza e da Lombardia a se insurgirem contra a dominação austríaca. Os rebeldes receberam apoio do rei Carlos Alberto, do Piemonte, do papa e de Fernando II, de Nápoles, que, pressionados pela população, declararam guerra aos austríacos. Nessas condições, Mazzini proclamou a República em Veneza.

Em 1849, os austríacos venceram os piemonteses na Batalha de Novara. Carlos Alberto, rei do Piemonte, foi obrigado a renunciar em favor de seu filho, Vítor Emanuel II. Pouco depois, os austríacos derrubavam a república instalada em Veneza por Mazzini. Os revolucionários foram vencidos com o apoio de forças vindas da França e do Império Austro-Húngaro, cujos governos estavam interessados no restabelecimento das monarquias absolutistas e no poder do papa.

Essas derrotas esfriaram temporariamente os anseios liberais e nacionalistas da população da Península Itálica, mas o movimento revolucionário de 1848 havia criado raízes. Ficou clara a necessidade de

obter ajuda externa para neutralizar o poderio austríaco, um dos obstáculos à unificação. As décadas seguintes seriam marcadas por novas lutas liberais e nacionalistas, que levariam à unificação italiana em 1870" (...).

(Costa e Mello, 2008, p. 400).

O REINO DO PIEMONTE

"Em 1850, a Península itálica era simplesmente uma "expressão geográfica". Além de submetida à ocupação austríaca, ela continuava agrária e atrasada em relação aos demais países europeus. Apenas o Reino do Piemonte passou por um processo de modernização que o tornou o mais forte dos Estados da Península Itálica. O Piemonte constituía politicamente uma monarquia constitucional. Além disso, um surto de industrialização enriqueceu a burguesia piemontesa, cujos interesses econômicos tornavam mais propício um mercado nacional unificado. Em 1852, a ascensão do latifundiário Cavour ao posto de primeiro-ministro do Piemonte estimulou a luta pela unidade italiana. Em 1858, Cavourfirmou com Napoleão III uma aliança franco-piemontesa, que permitiu ao Piemonte iniciar a luta pela unificação italiana.

Garibaldi aclamado pelo povo após vitória alcançada na luta pela unificação da Itália (*Grandes Personagens da História Universal*, p. 777)

A FORMAÇÃO DO REINO DA ITÁLIA

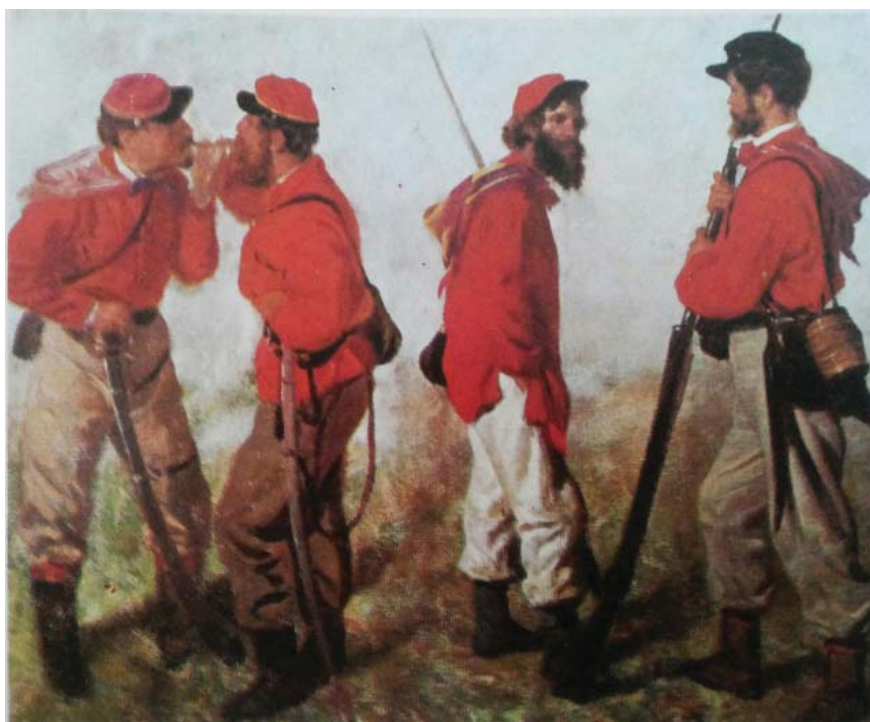
Os franceses se comprometeram a dar apoio militar aos piemonteses no caso de uma agressão dos austríacos. Em 1859, a declaração de guerra dos austríacos aos piemonteses desencadeou a luta pela unificação política da península.

Nessa época, Cavour e Napoleão III encontraram-se secretamente, realizando um acordo: Napoleão III apoiaria, com seus exércitos, os piemonteses contra os austríacos, em troca dos condados de Savóia e de Nice. Com uma possível vitória, os piemonteses ficariam com a Lombardia e com Veneza, que pertenciam à Áustria. Cavour, com base nesse acordo,

instigou, então, uma guerra contra os austríacos. A aliança franco-piemontesa obteve vitórias em Magenta e Solferino, cidades localizadas na Lombardia. Porém, a mobilização da população francesa e a reação dos prussianos fizeram com que Napoleão III retrocedesse e assinasse um tratado de paz com o governo da Áustria. A Lombardia passou para domínio piemontês, mas Veneza continuou sob o domínio austríaco. Esse tratado estipulava também a formação de uma confederação dos Estados da Península Itálica, que ficaria sob o governo da Igreja Católica.

As campanhas militares de 1859 repercutiram por toda a Península Itálica. Habitantes da Toscana, Parma, Módena e Roma, Estados que estavam sob o governo do papa, se rebelaram, desejando aderir à mesma causa dos piemonteses.

Os piemonteses, sob o comando do republicano Giuseppe Garibaldi, por meio da força, anexaram as regiões da Sicília e de Nápoles. Após isso, invadiram os Estados papais, os únicos no centro da península ainda não integrados. Estabelecia-se, dessa forma, a ligação terrestre entre norte e sul da Península Itálica.

Quando Cavour morreu, em 1861, os piemonteses já dominavam quase toda a Península Itálica. Vítor Emanuel II declarou-se rei da região, transferindo provisoriamente a capital para Florença. Napoleão III agora se opunha à unificação da Península Itálica, pois receava a consolidação de uma nova potência nas fronteiras da França. Para que a unificação se completasse, faltava só a adesão do restante dos romanos, que estavam sob a proteção de tropas francesas, as quais Napoleão havia designado para resguardar o papa, e dos vizinhos venezianos, que permaneciam sob o domínio austríaco.

Os camisas vermelhas do exército de patriotas com o qual Garibaldi unificou a Itália (*Grandes Personagens da História Universal*, p. 929)

A UNIFICAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Nessa época, os prussianos também estavam promovendo a unificação dos estados da Confederação Germânica, à qual se opunham os governos da Áustria da França. Os objetivos e inimigos comuns levaram à assinatura de um pacto militar ítalo-prussiano.

Em 1866, eclodiu a Guerra Austro-Prussiana, que, indiretamente, iria acelerar a unidade italiana. Exércitos da Península Itálica se aliaram aos da Prússia e, em campanha fulminante, venceram os austríacos, que foram obrigados a ceder aos itálicos o domínio de Veneza. Em 1870, a derrota dos franceses na Guerra Franco-Prussiana permitiu aos italianos a incorporação de Roma, que se tornou a capital da península agora já unificada. A unificação nacional concluiu-se em torno de uma monarquia constitucional e parlamentar.

O sul do país permaneceu agrário e atrasado, dominado pelo latifúndio e pela aristocracia rural. O norte conseguiu um relativo desenvolvimento industrial; mas a falta de mercados e matérias-primas impediu que a industrialização atingisse grandes proporções. A unificação apenas em 1870 não permitiu que os italianos participassem da nova divisão do mundo, quando potências imperialistas europeias conquistavam colônias e áreas de influência na África e na Ásia.

Em 1870, após a anexação de Roma, o papa Pio IX exilou-se na catedral de São Pedro, recusando-se a reconhecer o Estado italiano. A inexistência de relações entre a Igreja e o Estado ficou conhecida como Questão Romana. Em 1929, Mussolini, ditador do país, viria a assinar com Pio XI o Tratado de Latrão. Por esse acordo, o governo italiano indenizaria a Igreja pela perda de Roma e lhe concederia soberania sobre a Praça de São Pedro, nascendo assim o estado do Vaticano. A Igreja, por sua vez, estabeleceu relações diplomáticas e políticas com o Estado italiano". (Costa e Mello, 2008, p. 429/431).

As etapas da unificação da Itália (Celso e Mello, 2008, p. 429)

OS LIMITES DA UNIFICAÇÃO ITALIANA

Leon Pomer

"O texto do historiador argentino Leon Pomer analisa os limites do liberalismo da burguesia italiana à época da unificação. O autor faz referência aos carbonários, que surgiram no início do século XIX

em reinos. As sociedades secretas dos carbonários combatiam o imperialismo austríaco e a tirania, na época da restauração europeia. Faziam parte das sociedades artesãos, profissionais liberais, suboficiais e outros, que sofreram intensa repressão em virtude das ações diretas e das conspirações. Os carbonários estavam quase sempre isolados das massas que, intimidadas pelo terror, apenas em raras ocasiões entendiam o significado de sua luta.
No processo da unidade italiana – cujo início se dá em 1848 - fica claro que a burguesia evita qualquer aliança com a massa camponesa pobre e oprimida e prefere o compromisso com os latifundiários, ainda mergulhados em ideias feudais. A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para todo o país – conserva o sistema oligárquico, pelo qual os grandes proprietários da terra mantêm o domínio direto sobre os camponeses. Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.
Por que isto ocorre? Os liberais moderados, entre os quais se destaca Cavour, líderes da unificação, temem que na Itália se repita os "escândalos" revolucionários do 89 francês. E temem uma lição histórica mais próxima: a de 1848, quando ocorrem levantamentos populares em grande parte da Europa, inclusive em Milão. Podemos, pois, concluir que, se a estratégia é a unidade política, a tática cuidadosamente escolhida exclui qualquer caminho revolucionário. A história coloca limitações ao acionar agentes que de alguma maneira estão construindo a Itália. Os liberais de Cavour – diz Antônio Gramsci – concebem a unidade do país como uma conquista, um alargamento do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia que o governa; nunca como um movimento nacional que se processa a partir dos estratos mais profundos do povo.
O Estado italiano será mais Estado que nação; será, pois, um frágil Estado nacional. Além de tudo isso, porque o sentimento nacional é estranho à grande massa de variadas e muito diferenciadas regiões do país. A lição que deixou o surgimento político dos "carbonários" (revolucionários radicais-democráticos) do sul da Itália é altamente significativa. Quando procuram atrair os camponeses com a proposta de reforma agrária, o fracasso será total. Algo semelhante ao ocorrido na Galícia polonesa em 1846, quando os revolucionários que proclamam a abolição da servidão enfrentam a hostilidade ou a indiferença daqueles a quem pretendem libertar.
Tanto o exemplo italiano como o caso polonês demonstram que o sentimento nacional, ou seja, a representação subjetiva da nacionalidade como patrimônio comum que engloba as diferenças, não é simplesmente um produto da tradição, da cultura ou da religião.

Devem existir condições sociais – e já falamos diversas vezes nelas – para que a consciência nacional triunfe. Hobsbawn afirma que, quando em 1830 desencadeia-se na Europa uma onda de nacionalismo, "... para as massas, em geral, a prova da nacionalidade era ainda a religião: os espanhóis se definiam por serem católicos, os russos por serem a ortodoxos (...). Também na Alemanha, a mitologia patriótica havia exagerado muito o grau de sentimento nacional contra Napoleão..."
A história demonstrou reiteradamente – e com exemplos de um passado mais recente – que determinadas postulações ideológicas e políticas, por mais justas e intencionadas que possam ser, encontram-se tão distantes da consciência popular que esta acaba por rechaçá-las ou menosprezá-las. Nos movimentos nacionais, como em qualquer movimento social, o voluntarismo das elites (intelectuais, políticas e sociais) não foi suficiente para que o povo aceitasse sua mensagem. O significado que uma mensagem pode ter para o povo não pode ser considerado se se desconhece o contexto cultural e social em que se movem os interlocutores e o tipo de receptividade que sua consciência desenvolve.
Outra lição é que onde o Estado se constitui antes que a nação, esta receberá o impacto da ação estatal, que é a ação e o pensamento do grupo político que assumiu a condução do Estado. Neste caso, os valores comuns da nacionalidade serão preferencialmente aqueles que o Estado tenha escolhido como os mais idôneos para assegurar sua determinação. Os valores emanados do povo e gerados por ele serão deixados de lado, quando não eliminados de vez". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 77/78).

CONCLUSÃO

Até meados do século XIX a Península Itálica estava dividida em diversos pequenos Estados: Reino das Sicílias, Estados Pontifícios, Ducados de Toscana, Parma e Módena, Reino do Piemonte-Sardenha e Reino Lombardo-Vêneto.O estímulo do sentimento nacional que grassou pela Europa desde 1848, levou a uma série de confrontos e à unificação desses Estados, com o surgimento do Reino da Itália.

RESUMO

"As revoluções de 1848 na Península Itálica já "apresentavam um caráter liberal e nacionalista, tendo como objetivo a unificação. No sul da península, uma rebelião obrigou o monarca do Reino das Duas Sicílias a jurar uma constituição liberal. A partir daí, essa revolução alastrou-se para os Estados Pontifícios, a Toscana e o Piemonte, onde o povo impôs constituições aos governantes. Na Lombardia e em Veneza, a população também se insurgia contra a dominação austríaca, recebendo o apoio do papa e dos governos das Duas Sicílias e do Piemonte. Porém, os austríacos acabaram vencendo essas revoltas. Tais derrotas serviram para aumentar ainda mais o sentimento nacionalista da população da Península Itálica, que veio a alcançar sua unificação.

O nacionalismo dos habitantes da Península Itálica se expressava no Risorgimento, movimento liberal que comandou a luta pela unificação do país. Seu líder, conde Camilo Cavour, tornou-se o "pai da unidade italiana". A luta pela unificação foi impulsionada pelos carbonários, pessoas organizadas em sociedades secretas, que se batiam pela unidade nacional". (Costa e Mello, 2008, p. 429).

ATIVIDADES

1. O que foi o movimento das nacionalidades?
2. Fale sobre a importância da revolução de 1848 na vitória da unidade nacional italiana.
3. Explique os limites da unificação italiana.

PRÓXIMA AULA

O tema do nacionalismo ainda será abordado na próxima aula, quando trataremos da unificação da Alemanha.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A, e PILETTI, Nelson. **Toda a História.** História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9)

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes e MarcosPenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_______________ **A Era do Capital:** 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea:** 1789-1963. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.